



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCÊLENCIA EM TURISMO
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

GRAZIELA CHRISTINA BARRETTO AMANCIO DA SILVA

TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

BRASÍLIA – DF 2015

GRAZIELA CHRISTINA BARRETTO AMANCIO DA SILVA

TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro

BRASÍLIA – DF

2015

GRAZIELA CHRISTINA BARRETTO AMANCIO DA SILVA

TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Brasília, 2015

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro
Avaliadora Interna – Universidade de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Lana Magaly Pires
Avaliadora Interna – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ivany Câmara Neiva
Avaliadora Externa - MPOG

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais que me criou com todo amor, e minha família, vocês são tudo na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar os meus agradecimentos vão para Deus, por sempre ter zelado por mim e por me capacitar e me moldar dia após dia, para eu chegar aonde cheguei e para que eu vá ainda, muito além. É Ele com Sua graça e misericórdia quem renova as minhas forças e me faz querer vencer todos os dias.

Quero agradecer aos meus pais que me deram força e coragem em toda essa longa jornada da vida, e não seria diferente na universidade. Além de ter fornecido todos os recursos necessários, que me serviram de suporte e incentivo, e agradecer a todos os familiares que me apoiaram.

Às minhas irmãs e aos meus avós que nunca duvidaram da minha capacidade e acreditam sempre em mim.

Às minhas amigas, que me compreendem e me ajudaram tanto psicológica quanto fisicamente. Obrigada por todos os chocolates, dietas, conversas e por aguentar meus desabafos e frustrações, vocês foram e são fundamentais na minha vida. Karen, Ju e Nathy, só tenho muito amor por tudo que construímos e vivemos.

Ao Corpo Docente do Centro de Excelência em Turismo por tudo o que ensinaram e se dedicaram. E às pessoas que trabalham na secretaria, na cantina e na limpeza por sempre facilitarem e darem o suporte que precisamos para usufruir de tudo o que o CET tem a nos oferecer.

Ao Coordenador do curso, Luiz Spiller, por ter me ajudado desde o começo da vida acadêmica até os últimos minutos, ao me enviar conteúdo pertinentes que me ajudaram na monografia. Você é um fofo!

A minha orientadora Professora Doutora Iara Lúcia Gomes Brasileiro, por aguentar milhões de incertezas e mesmo eu atrapalhando o horário de almoço dela para me atender, consegui abrir minha mente e a desenvolver esse trabalho. Obrigada pelo seu carinho. Seu apoio e suporte foram essenciais. Você é excepcional!

Obrigada Universidade de Brasília, por ter me feito uma pessoa melhor, por ter me feito amadurecer, por ter me feito viver com a melhor turma de lindas do turismo, por ter feito conhecer minha irmã de alma, Karen; e por ter me tido como estudante e, obrigada, ainda mais por me fazer uma profissional em Turismo.

EPÍGRAFE

Não desistamos de fazer aquilo que é excelente, pois ceifaremos na época devida, *se não desfalecermos*.

Gálatas 6:9

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados do levantamento bibliográfico sobre o Turismo Indígena no Brasil. Neste sentido, procurou-se abordar o que era tratado pelos principais órgãos representativos da atividade no país, fundamentando-se em diversos autores e publicações acadêmicas que tratam do assunto. Para este trabalho foi feito levantamento e análise de conteúdo de vídeos disponíveis na *internet*. Buscou-se entender como é realizado o turismo indígena e se atende aos requisitos da sustentabilidade. Considera-se, ao final, que ainda há muitas controvérsias e fragilidades quanto ao conceito. Há necessidade de mais estudos e de melhores diretrizes para a implementação e divulgação desse tipo de turismo no Brasil.

Palavras Chave: Turismo - sustentabilidade - turismo indígena

ABSTRACT

This study aims to present the results of the literature on Indigenous Tourism in Brazil. In this sense, we tried to address what was treated by the major representative bodies of the activity in the country, basing on different authors and academic publications dealing with the subject. For this work it was done a survey and content analysis of videos available on the internet seeking for adoption of the sustainability dimensions. It is considered, in the end, there are still many controversies and weaknesses regarding the concept. There is need for more research and better guidelines for the implementation and dissemination of this type of tourism in Brazil.

Keywords: Tourism - sustainability - indigenous tourism

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MTur – Ministério do Turismo.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

TI – Terra Indígena

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PNT – Plano Nacional de Turismo

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1-TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS – A VISÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO	13
1.1Compreendendo o que é Turismo	13
1.2 Turismo Sustentável.....	15
1.3 Cultura.....	19
1.4 Ministério do turismo e a segmentação.....	26
1.5Plano Nacional do Turismo.....	26
2. TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS – A VISÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	26
2.1 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	26
2.2 Manual Indígena de Ecoturismo	27
3. Discussão e Análise de Vídeos.....	30
3.1 Análise de Vídeos	30
3.2 As percepções sobre o turismo indígena.....	39
4. Considerações Finais.....	41
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como tema o turismo em terras indígenas. Para tanto, buscou-se fazer um levantamento da atividade e de sua influência no Brasil. O turismo praticado em terras indígenas surge como alternativa econômica viável, com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas, mas também como um instrumento de valorização cultural, pois a diversidade cultural desses povos é um de seus principais atrativos. No entanto, é preciso que as diretrizes, estratégias e o tipo de turismo que se pretende implantar sejam definidos em conjunto com as entidades representativas (organizações e associações indígenas), diante do imenso potencial cultural e natural que o tema apresenta.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são grupos que apresentam modo de viver, cultura, condição social e economia próprias. Sua fonte de vida e estruturação social vêm do território e do meio ambiente que ocupam, que é a base e a manutenção do seu modo de vida. Por aproveitarem seus próprios recursos para sobreviverem, esses povos acabam utilizando os princípios da sustentabilidade, buscando somente a subsistência e a sobrevivência de suas gerações, respeitando sua cultura e seu território. As atividades que resultam na preservação do patrimônio cultural e ambiental é um caminho de crescimento para as populações residentes, uma vez que, são características do desenvolvimento sustentável.

São fundamentais a manutenção e a preservação desses povos, pois eles contribuem para a conservação tanto do meio ambiente quanto da cultura, participando da diversidade cultural no nosso país. Presentes desde a constituição desse território como país, muito desses povos têm se distanciado de sua cultura e até de seus costumes devido à “opressão” do capitalismo e da globalização. Dar condições para que esses povos tradicionais tenham o seu próprio espaço, é nos ajudar a entender a nossa própria história. O turismo, associado às boas práticas e à sustentabilidade, vem como essa oportunidade de reafirmação: de cultura, de território e de identidade.

A justificativa da escolha do tema se dá, fundamentalmente, pela percepção da importância em difundir e mostrar a realidade desses povos. É por meio de conhecimento que

flui o respeito e a admiração. Poder mostrar a realidade e tentar captar o olhar da comunidade indígena integrada ao turismo, resgatando o aspecto social pertinente à atividade e a importância da valorização da cultura e a permanência por meio da sustentabilidade e da informação é outro motivo que inspira este trabalho.

Xerardo Pereiro, em sua apresentação da publicação *Agália: Revista de Estudos na Cultura* (2015) assinala que o turismo indígena está ligado às novas tendências de maior contato com a natureza e com a diversidade cultural, no mundo. Considera o turismo indígena como uma "nova forma de fazer turismo". Em seguida, o autor cita inúmeras publicações no tema, realizadas por diversos autores internacionais. Cita, inclusive, um trabalho em que a autora relacionou 323 referências bibliográficas sobre o turismo indígena. A leitura não somente dessa apresentação para a *Agália*, mas dos trabalhos que ali estão colecionados, vale a pena para os interessados no tema, principalmente por se tratar de uma publicação voltada para o Brasil que ainda é iniciante no assunto.

No entanto, não há muitas publicações no Brasil a respeito do assunto – Etnoturismo – particularmente em Terras Indígenas e dessas, a maioria é bastante recente, o que não permite, pelo menos por agora, a segurança do apoio de estudos anteriores. O levantamento bibliográfico realizado para este trabalho não resultou em informações sobre o pensamento e a prática da atividade em comunidades indígenas brasileiras. Assim, pensou-se na necessidade de discutir a importância da valorização dos grupos étnicos indígenas, o respeito a seus espaços e à sua cultura. Além disso, se o entendimento de que o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento se bem planejada, conhecer melhor os povos indígenas poderão contribuir para evitar sua marginalização e exclusão.

Para este estudo foram utilizados métodos de caráter exploratório afim de trazer uma visão geral sobre o turismo indígena no Brasil, em forma de pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental, apesar de apresentar bastante semelhança à bibliográfica, se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, diários, fotografias e gravações. Portanto, por meio desse levantamento, foi possível fazer uma fundamentação do tema. Neste trabalho, foram consultados livros, artigos,

sites e censos oficiais, além de notícias divulgadas em diferentes mídias referentes ao objeto. Pensou-se inicialmente em fazer uma saída de campo para dar suporte e para complementar a pesquisa, mas, devido ao tempo reduzido, ao custo e as restrições de entrada em terras indígenas (TI), isso não foi possível. Caracterizando-se como, um limitador da pesquisa. Para compensar essa dificuldade foram realizadas buscas na rede mundial de computadores sobre matérias relativas a atividades turísticas em terras indígenas. Os vídeos encontrados foram produzidos por indígenas e não indígenas, com diferentes olhares, portanto.

Buscou-se entender, ainda, como o assunto é tratado por diferentes entes públicos, a exemplo dos Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente, da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outros.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é: realizar levantamento de práticas turísticas em terras indígenas com base nas dimensões da sustentabilidade.

Os objetivos específicos são:

- Identificar o entendimento dos Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente quanto ao conceito de Enoturismo, Turismo em Terras Indígenas e Turismo Indígena
- Identificar diferentes projetos e tipos de turismo que já ocorrem em terras indígenas brasileiras
- Identificar práticas de sustentabilidade em projetos de turismo em terras indígenas

O trabalho está dividido em 03 (três) capítulos: o primeiro discorre sobre o referencial teórico onde são analisadas as concepções de turismo, cultura, sustentabilidade e conteúdos oficiais sobre o assunto, além de tratar sobre os possíveis impactos da atividade turística em terras indígenas, ou não. No segundo capítulo são descritas as contribuições do Ministério do Meio Ambiente, particularmente sobre a “resolução” acerca do fenômeno da atividade turística por meio do regimento que norteia a prática de turismo em terras e comunidades indígenas. No terceiro capítulo são analisados vídeos em que foram observadas atividades turísticas em comunidades indígenas, identificando-se o uso de práticas de sustentabilidade. Nesse capítulo é feita, ainda, uma análise geral sobre a temática. Em seguida são apresentadas as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas.

1 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS - A visão do Ministério do Turismo

1.1 Compreendendo o que é Turismo

O turismo traz a ideia de deslocamento de pessoas. Baseando-se nessa proposição, percebe-se que o turismo é uma atividade antiga que já ocorre há muito mais tempo do que sua própria mercantilização. Há muitas definições sobre o que é turismo e de como ele se apropria dos locais em que se instaura. Uma delas é que o turismo é uma atividade econômica que hoje ocupa posição privilegiada no cenário mundial. É uma atividade vinculada ao setor terciário da economia que teve sua origem e crescimento dentro do sistema capitalista, apropriando-se do meio ambiente para produzir bens e serviços a serem comercializados. Justamente por se apropriar do espaço geográfico, desempenha também o importante papel de levar conhecimentos e proporcionar integração dos mais diversos meios e povos. É considerado uma das principais atividades que contribuem para a revitalização de áreas economicamente não aproveitadas ou áreas estagnadas devido à "refuncionalização" espacial (ALMEIDA, 2003).

Cada vez mais, as pessoas se deslocam pelo território em busca de novos lugares e novas formas de descobertas ou entretenimento. Cria-se, uma necessidade de se caracterizar essas atividades.

No presente trabalho aborda-se o turismo além de uma prática econômica, mas, também, como prática social. Como afirma CRUZ (2000) o turismo, é antes de tudo, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.

Um dos conceitos mais adotados de Turismo é o da OMT (Organização Mundial do Turismo) que o conceitua como “o conjunto das atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001 *apud* MTur, 2010). Portanto para a OMT, o turismo são as atividades que se faz longe do local de moradia e em um período determinado.

O Ministério do Turismo (MTur) indica 12 segmentos para o turismo: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde. Inseridos no segmento do Turismo Cultural estão o Turismo Cívico, Turismo Religioso, Turismo Místico e Esotérico e o **Turismo Étnico**.

O Etnoturismo ou Turismo Étnico, foco da presente pesquisa, está enquadrado no segmento do Turismo Cultural. O Ministério do Turismo defende que, para que a segmentação do turismo seja efetiva, é necessário conhecer profundamente as características do destino: a oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos turísticos) e a demanda (as especificidades dos grupos de turistas que já o visitam ou que virão a visitá-lo) (BRASIL, 2010).

Mario Carlos Beni (2009), conceitua turismo de uma forma mais abrangente:

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos.¹

De La Torre também traz uma conceituação de turismo, entendendo-o como fenômeno:

O Turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, *apud* Moesch 2002)

¹ Mario Carlos Beni. 2009. Disponível em: <https://mcbeni.wordpress.com/2009/11/10/turismo-e-seus-conceitos/>

Entende-se, portanto, que o turismo seja uma atividade em que o centro de atenção é a pessoa: é das pessoas e para as pessoas e em todo o processo haverá sempre trocas de informações, de experiências e de vivências; ou seja, há sempre interação. A troca social que ocorre em sua prática deve ser levada em conta em todos os âmbitos, até mesmo no “pós turismo”, por conta de toda a bagagem de conhecimento e de imagens geradas durante a atividade. A partir daí é construída uma nova perspectiva. Moesch entende que:

O Turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico aos sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o Turismo, através de um processo tribal, de comunhão, de religação, de testemunho, em um Espaço e Tempo tanto real, como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico, perpassado pela Comunicação táctil deste fenômeno, reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam de sentimentos, reproduzidos pela Divisão e, quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes, individual em societal. (Moesch, 2002)

Com o passar dos anos nota-se uma perda significativa de memórias, identidades, costumes e até mesmo de territórios. Têm-se perdido muitos espaços para grandes empreendimentos, causados pela globalização. Vivemos em um mundo que está cada vez mais rápido e as coisas vêm sendo substituídas muito facilmente. Diante dessa perspectiva, é preciso observar aquilo de que não devemos “abrir mão”, mas sobretudo, o que podemos agregar, somar. Todos têm direito a essas facilidades promovidas pelas inovações do mundo contemporâneo, mas é essencial que apoiemos e, até mesmo, preservemos as comunidades tradicionais e a diversidade cultural. O Brasil é um país rico em cultura, rico em alimentos, rico em territórios, rico em vegetação e rico em lugares únicos. As comunidades tradicionais merecem amparo dos órgãos públicos e reconhecimento do seu território, afim de garantir seus direitos como seres humanos, como cidadãos.

1.2 Turismo Sustentável

O turismo sustentável, do mesmo modo que o desenvolvimento sustentável, tem sido pensado essencialmente com base em ações que levem em conta as necessidades que temos hoje e aquelas que, acreditamos, terão as próximas gerações. Nunca houve tanta devastação, tantas perdas de recursos ambientais em tão pouco tempo, decorrentes, principalmente, do "desenvolvimento" a qualquer custo. Hoje já se discute esse conceito de desenvolvimento, se

não seria, apenas um "crescimento". Em virtude disto, o termo “sustentável” vem sendo introduzido há algum tempo, para que as nossas ações não sejam tão “abusivas” a longo prazo.

O planejamento do turismo sustentável busca, assim, associar a proteção ambiental às políticas de desenvolvimento, ou seja, procura viabilizar a prática da atividade turística de acordo com o entendimento da comunidade sobre suas necessidades, levando em conta a "capacidade de suporte"² do meio ambiente. Com essa base, procura-se assegurar e viabilizar a atividade de turismo a longo prazo. Beni (1999) está entre os autores que defendem que a conservação ambiental é meta de importância igual à eficiência econômica e à justiça social para a geração de empregos, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida. Pires (2002) contribui para a discussão entendendo que a sustentabilidade relacionada à atividade, “Propõe um modelo de turismo planejado no sentido de assegurar sua longevidade, integrando, para tanto as comunidades locais e buscando a gestão sustentada dos recursos naturais e culturais, para que estes estejam disponíveis a futuras gerações. ” (PIRES, 2002, p. 137). Ser resguardado por leis garante uma estrutura de manutenção e visibilidade, que chama a atenção para o assunto, sendo também uma forma de sustentabilidade, se nessa legislação houver amparo para a responsabilidade ambiental e cultural.

Para a Organização Mundial do Turismo (1999), o turismo sustentável pode ser definido como a "atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as insuficiências socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro".

Para algo ser sustentável, deve-se desenvolver práticas que sejam passíveis de serem aplicadas. Ou seja, a sustentabilidade é algo que demanda planejamento que minimize impactos negativos, melhore a condição de vida das pessoas que usufruem da prática e a conservação do patrimônio cultural. Diante desses fatos, o *Guia de Boas Práticas para o Turismo Sustentável* afirma:

² Capacidade de Suporte: “capacidade ou habilidade dos ambientes em acomodar, assimilar e incorporar um conjunto de atividades antrópicas sem que suas funções naturais sejam fundamentalmente alteradas”, (FILE T,1955 Apud. MMA)

Um desenvolvimento sustentável, ou a sustentabilidade, se alcança quando se atendem de forma balanceada a três princípios básicos: 1. Econômico: a atividade se desenvolve com base em práticas empresariais adequadas, as quais asseguram o crescimento e a manutenção no tempo da empresa, com a qual se beneficiam os proprietários, empregados e vizinhos da comunidade onde se desenvolve o negócio. 2. Ambiental: a atividade se desenvolve considerando a forma como se utilizam os recursos naturais e, idealmente, aportando a sua conservação e cuidado. 3. Sociocultural: a atividade se realiza sem prejudicar ou afetar o tecido social existente na comunidade onde se desenvolve, prevendo-se todas as ações possíveis para respeitar a cultura local, preservá-la e revitalizá-la. (GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL, s/d, p. 12 e 13)

Pensar o turismo sustentavelmente envolve atentar para os impactos negativos que a atividade possa gerar, buscando sempre que esses impactos sejam mínimos. Para que isso ocorra, a atividade turística deve ter um planejamento integrado com a comunidade local, garantindo os seus interesses e necessidades, além de tornar os próprios membros da comunidade seus gestores. A atividade fim neste caso, não é necessariamente a atividade econômica em si, e sim a prática social, a busca por conhecimento e a comunicação com o meio ambiente. Turismo não é só um comércio, é, antes de tudo, uma experiência.

Beni (1999), afirma:

O Turismo é um elemento importante na vida social e econômica da comunidade regional. Reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de se desfrutar novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar de atividades ou descansar longe do local habitual de residência ou de trabalho. É também importante valor econômico de muitas áreas e cidades e tem contribuição especial na coesão econômica e social das regiões periféricas. O turismo representa bom exemplo da relação fundamental existente entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados. (BENI, 1999, p.13)

Essa afirmativa demonstra o “leque” de oportunidades e desafios que é desenvolver o turismo em uma região, principalmente de forma participativa e que trabalhe com a sustentabilidade, buscando os melhores resultados dessa parceria, comunidade e atividade turística, onde grande parte dos resultados positivos é vista a longo prazo.

Sustentabilidade é ter autonomia para escolher suas atividades econômicas, suas formas de se relacionar em sociedade, com o meio ambiente, com a terra, justamente por existir uma compreensão diferente para cada povo ou comunidade. Desenvolvimento

sustentável é gerar crescimento através disto. Os povos indígenas carregam uma grande bagagem de cultura e é necessário que se tenha maior percepção e valorização dessa “bagagem”, que é o conjunto de crenças, artes e costumes.

Buscando uma integração de contemporaneidade aliada ao tradicional é que vem a proposta do turismo em se instaurar em alguns territórios tradicionais, não como forma de padronizar, de colocar o mundo na realidade desses povos, mas de trazer a realidade deles para a nossa, que também é uma forma de se alcançar sustentabilidade. O conhecimento é a base de tudo. Não se costuma entender ou cuidar daquilo que não se conhece.

Alguns dos benefícios do turismo em terras indígenas seriam as trocas sociais do turista com o indígena local, trazendo conhecimento e conscientização para esse turista, levando visibilidade e respeito e diminuindo as disparidades sociais. Outro fator importante é a geração de renda para aquelas comunidades interessadas, através da confecção de artesanatos e da própria visitação.

A revitalização da história do povo indígena, do idioma, a afirmação cultural e a preservação do ambiente também são aliados à essa inserção do turismo, fazendo com que os próprios indígenas tenham orgulho em serem reconhecidos e se preserve a identidade da comunidade ao longo dos anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Nacional do Índio revelam que:

Desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%” [IBGE (2010) *apud* Funai].

Ou seja, é fundamental que ocorra esse reconhecimento de pertencimento por parte dos indígenas, a fim de valorizar a sua cultura e contribuir para a sua revitalização. A partir

daí a sustentabilidade no turismo pode ser um fator importante junto às comunidades indígenas, pois poderá desencadear atividade econômica associada à cultura. Porque, como Von Held (2013) afirma, “ao contrário de descaracterizar a cultura de alguma sociedade tradicional, o turismo de base comunitária e local tende a promovê-la, por razões óbvias, já que sem ela, a atividade não existiria. (VON HELD, 2013, p. 141)”

Além de reconhecer a cultura é preciso desenvolver técnicas de boas práticas para aplicação nas comunidades indígenas.

1.3 Cultura

A cultura está presente nas comunidades indígenas e varia muito com o tipo de liderança que se tem, assim como a heterogeneidade das etnias. Diante disto, é necessário um cuidado ainda maior com a preservação, afim de garantir o estilo de vida e valores a que cada comunidade está habituada, sem lhe causar danos ou opressão. Laraia (2010) considera que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, sendo também um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

De acordo com o autor, a manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções, e é dessas inovações e invenções que o turismo deve se apropriar. Laraia ainda afirma que cada cultura tem seu jeito de ver o mundo e de se colocar como o centro do mundo ou como a mais importantes e com disso, a interação com outros povos muitas vezes é dificultada. Ainda de acordo com esse autor (2010, *op. cit.*), “a chegada de um estranho em determinadas comunidades pode ser considerada como a quebra da ordem social ou sobrenatural”, o que, por sua vez, pode dificultar a implantação do turismo em algumas comunidades. Isso não quer dizer que essa "alteração" não precise ser trabalhada em todas as comunidades: é fundamental que se tenham grupos “íntactos”, para balancear essa abertura de culturas.

A cultura é pertinente ao ser humano, do meio em que ele está inserido. Tudo tem cultura. Tudo é baseado num modo de viver, de ver a vida, de se apresentar como ser humano. Assim, diante das várias perspectivas e características que uma cultura pode ter, vem o

interesse em saber sobre aquilo a que você não está habituado. Portanto, há uma necessidade de se conhecer. Buscando incorporar a cultura ao turismo, diante da conveniência e da demanda por esse tipo de segmento, há algumas determinações acerca do que é o Turismo Cultural.

De acordo com o MTur, no Caderno de Turismo Cultural: Orientações Básicas (2010a), caracteriza-se o segmento da seguinte forma: “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Buscando aprofundar a discussão acerca das características da atividade, o MTur dispõe também que:

[...] a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades. (BRASIL, 2010a)

1.4 Ministério do Turismo e a segmentação turística

A segmentação turística é uma forma de se organizar o turismo de acordo com a oferta e demanda, para melhor planejar e estruturar as atividades e o seu próprio entendimento. A partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, entendeu-se a necessidade de mais informações acerca da extensão do turismo, e de organizá-lo de fato. Foram elaboradas, então, publicações, como: *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais* (BRASIL, 2006); e *Cadernos de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos* (BRASIL, 2010b) que propiciaram melhor compreensão e concepção sobre os diversos segmentos da atividade turística e suas definições.

Diante dessa nova conjuntura, coube àquele Ministério, no Caderno de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos, definir o que era essa segmentação.

Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda. Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo específicos. Assim, as características dos segmentos da oferta é que determinam a imagem do roteiro, ou seja, a sua identidade, e embasam a estruturação de produtos, sempre em função da demanda.” (BRASIL, 2010b)

Esta forma de organizar o turismo permite que haja maior capacitação e entendimento sobre as atividades, viabilizando assim, um turismo mais planejado e com maior qualidade, tanto para os que trabalham quanto para os que vão usufruir desse turismo. É a partir da segmentação que há de fato uma qualificação dos serviços e, conseqüentemente, consegue-se atingir um público maior.

A procura pelas mais diferentes segmentações do turismo vem aumentando. Observa-se hoje uma tentativa de ruptura do turismo de massa. Essa ruptura também se deu pela saturação de destinos e de seus atrativos, que no Brasil é o “sol e praia”. Tem-se viajado mais, inclusive para destinos fora do país em que a cultura, a arquitetura, a história; são muito valorizadas. Através dessa influência do turismo internacional vêm surgindo novas demandas para outros segmentos não habituais ao brasileiro.

O turismo em terras indígenas, ou Turismo Étnico em Terras Indígenas, como classifica o Ministério do turismo, é um desses segmentos e a procura pela prática desse tipo de turismo vem em decorrência, principalmente, da busca pelo Turismo Cultural propriamente dito e pelo Ecoturismo. Há pessoas que estão cada vez mais preocupadas em se conectar com a natureza, com um “mundo” diferente do que estão habituadas a viver, e diante disto, a tarefa do turismo é de levar a realidade desses povos a essas pessoas. É um turismo "de experiência".

O Ecoturismo se popularizou justamente por ter uma proposta diferente e por atrair públicos diferentes e, também, por seguir por um caminho que vai de encontro com o turismo de massa, justamente por estimular uma consciência ambiental e social. Geralmente, o turismo de massa desagrega valores, toma espaços e ofusca a diversidade, diferentemente

desse outro tipo de turismo que, se bem planejado, pode até conservar mais do que as unidades de conservações, como parques, e outros.

O Ministério do Turismo, primeiramente, classifica o turismo étnico como parte do turismo cultural e faz a seguinte conceituação:

Constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. O conceito clássico de etnia remete a noção de origem, cultura, práticas sociais e raça, onde se considera o patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e diferenciação de um determinado grupo, bem como as interações sociais que ocorrem entre este grupo e a sociedade em seu entorno. Esse tipo de turismo envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres. O turista busca, neste caso, estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do visitante, em um retorno às tradições de seus antepassados. (BRASIL, 2006)

Apesar de todas as definições estabelecidas pelo MTur, ainda há muita confusão quanto aos segmentos do turismo. Muitas terminologias são utilizadas para o mesmo tipo de turismo. É o que ocorre com o Etnoturismo e/ou Turismo Indígena. O Turismo Indígena tem que ocorrer, necessariamente, em uma comunidade indígena, enquanto no Etnoturismo isto não é obrigatório, mas acabam tendo o mesmo significado. Ainda sobre o assunto, o Turismo Indígena geralmente é "encaixado" em Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Base Comunitária e, até mesmo, em Turismo de Aventura e isso acaba misturando os valores e desconstruindo as próprias facilidades e os propósitos que se poderia obter com a segmentação. Até porque um segmento pode se ajustar a vários outros. Seria interessante um posicionamento do Ministério do Turismo na revisão da identificação e caracterização dos segmentos com maior divulgação e esclarecimento sobre o assunto.

Pouco se menciona sobre Turismo Étnico ou Indígena nas publicações oficiais. Em programas e metas desenvolvidas pelo MTur, geralmente são tratados de modo geral e os benefícios da atividade recaem sobre o turismo social de base comunitária, que é usado pelo ministério basicamente como uma generalização de terminologias que possuem como

características o desenvolvimento da prática de turismo em comunidades, com influência da sustentabilidade, como é o caso do Turismo Étnico.

Em resumo, a apropriação do Turismo Étnico pelo Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Base Comunitária, Turismo Cultural e Turismo Social dificulta o entendimento do que é este turismo, de fato.

No caderno de Segmentação de Turismo e o Mercado (2010c) que tem por objetivo promover o alinhamento de entendimentos sobre os conceitos, sequer se menciona o Turismo Indígena. O texto se resume a informação da possibilidade de visitação a comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

O Código de Ética Mundial para o Turismo (1999) e a Cartilha do Programa de Regionalização de Turismo (2013) também não entram na questão de turismo indígena ou etnoturismo, mas norteiam um turismo que respeita as diversidades e a cultura, assim como o meio ambiente, trazendo princípios sustentáveis à prática, a favor de programas que estimulem o turismo interno e em comunidades com propósito de geração de renda e desenvolvimento sustentável.

Esse segmento do turismo envolve muitos agentes e fatores, que são de extrema importância para a cadeia turística. É fundamental que seja definido de forma clara um conceito mais direcionado e, por conseguinte, que se discuta mais o assunto, justamente por ser um tema atual e, até, polêmico.

1.5 Plano Nacional do Turismo e a questão do Turismo em Terras Indígenas

O Plano Nacional do Turismo (PNT) é um conjunto de programas, projetos e ações que norteiam as ações compartilhadas pelo Ministério do Turismo e a cadeia produtiva do setor, em função do turismo brasileiro. O PNT baseia-se na Lei nº11.711 de 17 de setembro de 2008 que define as funções a serem desempenhas para o setor.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. (BRASIL, 2008)

Os Planos de 2003/2007, 2007/2010 e de 2013/2016, assim como outros documentos de referência contemplam objetivos distintos. Enquanto o primeiro é totalmente voltado para o turismo social, a inclusão e a sustentabilidade, o segundo Plano, de 2013, é voltado para o desenvolvimento econômico e estratégico dos grandes polos turísticos em função dos megaeventos sediados pelo Brasil.

Os Planos Nacionais do Turismo não mencionam diretrizes para a prática de Etnoturismo, particularmente do Turismo Indígena ou, em Terras Indígenas. Apesar da grande estratégia de estruturação do turismo na diversificação dos produtos turísticos do mercado interno, esses planos tinham como meta dar oportunidades para novos meios de se fazer turismo, com ações que os beneficiassem diretamente, como mais informação, legislação eficaz e outras ações que dão suporte à atividade.

O PNT 2007/2010 tem como tema “Uma viagem à inclusão” onde se percebe que essa "viagem" não é concluída pois não menciona programas nem mesmo cita todos os segmentos, do turismo, sobretudo aqueles que se baseiam em inclusão e de atenção especial, como é o caso do Turismo Étnico.

De forma geral o Plano 2007/2010 afirma:

O turismo é uma atividade multifacetada que se inter-relaciona com diversos segmentos econômicos e demanda um complexo conjunto de ações setoriais para o seu desenvolvimento. Somente por meio de uma ação intersetorial integrada nas três esferas da gestão pública e da parceria com a iniciativa privada, conforme a proposta do PAC, os recursos turísticos nas diversas regiões do País se transformarão, efetivamente, em produtos turísticos, propiciando o desenvolvimento sustentável da atividade, com a valorização e a proteção do patrimônio natural e cultural e o respeito às diversidades regionais. (BRASIL, 2007, p. 13)

Já o PNT 2013/2016 foi mais ambicioso e é todo voltado para grandes empreendimentos e grandes pólos turísticos. Ressalvando o recorte para tratar do Turismo de Base Comunitária, que para muitos, diante da falta um conceito mais esclarecedor, pode

conter o Turismo Indígena, o documento não menciona as possibilidades no segmento. Sobre esse assunto, o PNT 2013/2016 traz como um dos seus objetivos:

Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com **representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente.**(BRASIL, 2013)

2 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS – A visão do Ministério do Meio Ambiente

2.1 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

De acordo com o Decreto Federal no. 6.040, de 7 de fevereiro de 2000, povos e comunidades tradicionais são, por definição:

[...]: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2000)

Ramos (1986, p.11) completa que ao tentar caracterizar em bloco as sociedades indígenas corremos o risco de generalizar sobre uma realidade que, apesar de tudo, ainda é altamente diversificada. Não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zona ecológicas semelhantes, elas mantêm sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como no campo simbólico. Portanto, não é possível explicar a lógica sociocultural dessas sociedades simplesmente por fatores ecológicos ou por determinações econômicas e assim deve haver uma necessidade em criar produtos que assegurem essa diversidade entre as próprias comunidades e povos.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD (1991) também pontua que os povos indígenas, bem como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do meio ambiente, em função de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Por ter um modo de viver único, os povos tradicionais sobrevivem da subsistência, utilizando da natureza somente o que precisam e cuidando para o seu funcionamento, visto que sua fonte de vida é proveniente dela. Essa consciência e noção de subsistência vem se perdendo entre as comunidades urbanizadas e pode ser ameaçada entre os povos tradicionais.

Possuímos no Brasil cerca de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras, representando 305 diferentes etnias e registrando 274 línguas indígenas de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE). De

acordo com esses dados, infere-se a quantidade relevante de história e de culturas diferentes num mesmo espaço geográfico, refletindo na diversidade e na capacidade cultural do que o país tem a oferecer.

A conservação dessas culturas implica na conservação de muitas outras, na diversificação, justamente por não querer padronizar outros estilos de vida, pois estamos falando de grupos sociais que detêm expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais e uma maneira específica de se relacionar com a natureza e com o mundo.

2.2 Manual Indígena do Ecoturismo

Em 1997, portanto antes da criação do MTur e de suas publicações sobre a organização do Turismo no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente já se referia à atividade de turismo em terras indígenas, tornando-se o primeiro a propor um regimento do assunto. No entanto este Ministério não caracteriza o Etnoturismo da mesma maneira que o MTur veio, depois, a caracterizar. Antes, publicou, o *Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas* contendo princípios norteadores a respeito do ecoturismo e a definição de alguns critérios para a seleção de áreas capacitadas para desenvolver essa atividade. Em consequência desse *Programa Piloto* surgiu o *Manual Indígena de Ecoturismo*, todos foram desenvolvidos pelo MMA.

O Ministério do Meio Ambiente define Ecoturismo como: “[...] um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promove o bem-estar das populações locais envolvidas.” E ressalva que as pessoas que têm interesse nesse tipo de turismo, preferem roteiros de viagens que auxiliam na conservação da natureza e geram benefícios econômicos para as populações locais.

O Manual busca conciliar a prática turística, com os interesses das comunidades indígenas aliados à sustentabilidade e à convivência com o meio ambiente, gerando uma relação de respeito e responsabilidade. É por meio de uma conversa simples e imagens que os elaboradores do documento fizeram esse manual, de forma integradora e exemplificadora do

que constitui o ecoturismo em bases sustentáveis, apontando os seus benefícios, sugerindo boas práticas e procedimentos que tentam evitar os possíveis impactos negativos trazidos pela atividade. De maneira acessível tanto para o indígena, quanto para qualquer turista, as comunidades interessadas poderiam ter uma base de como fazer, assim como os turistas teriam um cenário de como seria aquela prática. O texto foi elaborado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC Amazônia), com apoio da FUNAI, do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pela Associação Brasileira de Ecoturismo – ECOBrasil. Participaram do trabalho especialistas em Ecoturismo, antropólogos e técnicos indigenistas. O conteúdo foi distribuído em várias comunidades indígenas afim de motivá-las. Essa questão será discutida mais adiante neste texto.

O Manual começa explicando princípios básicos: “o que é turismo” “o que o turista faz”, “o que precisa apresentar para receber o turista”, mostrando desde a infraestrutura básica até questões sobre os atrativos. A princípio o texto é bem funcional, no entanto, acaba limitando a capacidade do indígena em poder se mostrar como tal, em ter a prerrogativa e a liberdade de autenticamente mostrar a dança a que está habituado, e não **uma** dança que o Manual indica que o turista vai gostar mais, por exemplo. Talvez por ser um “precursor”, o documento orienta mas também limita um pouco a diversidade, quando informa às comunidades o que o turista quer ver. Apesar de serem interessante todos os apontamentos como atrativos turísticos, cada comunidade é diferente e essa instrução poderia limitá-los nessa tentativa de nortear as comunidades indígenas sobre os possíveis “estranhos” e da oportunidade de trabalhar com algo que não desgaste tanto a natureza como algumas atividades de desmatamento, que alguns se vêm obrigados a fazer como modo de sobrevivência. A realidade do cotidiano da comunidade deveria ser o principal atrativo turístico. No entanto, as indicações são tantas que o documento acaba restringindo a liberdade de escolha pela comunidade interessada, os próprios indígenas.

Por mais que a intenção do projeto seja de realizar o turismo de forma participativa, o Manual dá grande ênfase às agências de turismo. É necessário sim, o apoio de agências especializadas que entendam do segmento e até sirvam na captação de turistas. No entanto, essa pode induzir as comunidades ao entendimento de que somente conseguirão visitantes se a agência de turismo estiver lá e isto implica, muitas vezes, em não colocar o indígena como gestor, que é o que se espera para uma maior autonomia. O essencial é que se tenha um

planejador que analisará a capacidade técnica da área, do ambiente, as potencialidades da localidade, e a questão da infraestrutura afim de trazer mais impactos positivos do que negativos. É esse planejamento que viabilizará o turismo, para que problemas como lixo, desmatamento, perda dos recursos básicos, e até mesmo de uma possível aculturação não venham a ocorrer.

No entender de alguns, esse *Manual Indígena de Ecoturismo* foi criado também como uma proposta de renda alternativa. As comunidades indígenas por habitarem florestas ou locais rurais mais afastados, e diante da dificuldade que muitas vêm enfrentando, acabam sendo objeto de mão-de-obra barata para atividades ilegais, sejam elas para o desmatamento, criação de gado, o que é uma preocupação para o equilíbrio natural e a sobrevivência do meio ambiente.

Cabe ressaltar que nem todas as comunidades indígenas estão aptas, ou mesmo, interessadas em receber o turismo. Outras podem, até, ter um potencial e interesse muito forte para a atividade, no entanto, isso deve ser planejado de forma racional com o cuidado de se manterem fortes as raízes da cultura local e não haja intervenção de outra cultura além da medida (pois essa sempre existirá).

De todo modo, o projeto do MMA foi um importante divisor de águas, tanto por indicar um caminho para esse turismo tão incipiente no país quanto por mostrar que houve tentativa de uma discussão participativa. Tentativa, porque nessas discussões, os indígenas não estiveram presentes - apenas os indigenistas. Mas já foi um começo.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS VÍDEOS

3.1 Escolha e Análise dos Vídeos

Como informado na Introdução deste trabalho, uma vez que não foi possível realizar visita de campo a comunidades indígenas envolvidas nas atividades de turismo, pelos motivos expostos, optou-se por uma pesquisa na rede mundial de computadores em busca de peças tratassem do tema em questão. Certamente há incontáveis vídeos disponíveis na *internet*, especialmente no *site* do *YouTube*. Aqui serão analisados sete:

- <https://www.youtube.com/watch?v=02oeyzm0Fbw> - Cooperativa Indígena de Turismo de Roraima - Morí Paata - Beleza da Terra.
- <https://www.youtube.com/watch?v=hvOmf5ksCjY> “Dia Do Índio 2008 No Terreiro Sagrado Dos Índios Potiguara/Pb.,Aldeia São Francisco,Bt,Pb Parte 3”
- <https://www.youtube.com/watch?v=wH9dsLIU1I8> Turismo indígena Manaus – Copa do mundo
- https://www.youtube.com/watch?v=Q0-4H_WIJus Etnoturismo
- <https://www.youtube.com/watch?v=heTdLChltU> Turismo em Reserva indígena Pataxó – Porto Seguro
- <https://www.youtube.com/watch?v=OvsH4YGKcUo> - Aldeia indígena do Mato Grosso do Sul está na rota do turismo
- https://www.youtube.com/watch?v=UtqI3go_snQ - Reserva São Marcos em Roraima realiza turismo indígena

Ainda de acordo com a proposta deste estudo, a análise foi realizada com base nos pilares da sustentabilidade, particularmente em três deles: econômico, ambiental e cultural.

O objetivo era identificar e analisar como está sendo praticado o Turismo em Terras Indígenas no país. A princípio a ideia era utilizar de vídeos em que os próprios indígenas faziam as imagens e divulgavam sua comunidade. No entanto esta ideia terminou sendo um limitador da pesquisa pois os vídeos disponíveis (e analisados) foram produzidos por organizações não indígenas. No entanto, ainda assim, foi possível identificar alguns vídeos em que a cooperativa da comunidade fazia as filmagens. Outro limitador da pesquisa foi a própria falta de definição e do entendimento do conceito, que confirmou, inclusive, as dificuldades que foram discutidas neste trabalho, no levantamento da bibliografia e no desenvolvimento

teórico que subsidiou o trabalho: "turismo indígena", "etnoturismo", "turismo étnico", "turismo cultural". Essas entradas para a pesquisa na rede mundial de computadores terminaram não condizendo com os títulos dos vídeos e seu conteúdo, tornando a busca bastante difícil e limitada.

Procurou-se por vídeos que representassem o território nacional. Todos os vídeos analisados já mostravam *traços* da sustentabilidade pois trabalham em busca de uma "recuperação" do patrimônio cultural. Contudo, era necessário buscar por outras dimensões da sustentabilidade, como a ambiental e a econômica, pelo menos. Assim, um dos fatores procurados nas peças analisadas foi a indicação de possível melhoria de vida das comunidades advinda da oferta do turismo, assim como práticas de educação ambiental ou outras características de cuidados com o meio ambiente.

Dos cerca de 13 vídeos encontrados, foram analisados sete que apresentavam maior número de informações e que não se "repetiam" entre si, ou seja, os que traziam alguma peculiaridade e, portanto, poderiam contribuir para o estudo pretendido.

Neste momento já é possível adiantar que o Turismo Indígena é incipiente no país. A maioria dos vídeos encontrados são de outros países: poucas páginas de busca continham conteúdo que fosse do Brasil.

Vídeo 1—"Cooperativa Indígena de Turismo de Roraima - Morí Paata - Beleza da Terra."

Adicionado em 29 de abril de 2011, possui a seguinte descrição:

Audiovisual realizado pela Cooperativa Indígena de Turismo de Roraima - Morí Paata - Beleza da Terra, com o apoio do Governo de Roraima e produção da JTC Vídeo. Tem o objetivo de mostrar como as comunidades indígenas de Roraima estão buscando o desenvolvimento sustentável por meio do turismo ecológico e do etnoturismo. Com belas imagens das cachoeiras, rios, serras e dos povos indígenas e seus costumes. (YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=02oeyzm0Fbw>)

Realizado por uma cooperativa indígena de turismo formada por três comunidades do município de Morí Paata do estado de Roraima, com apoio do Governo do estado. O vídeo, cuja apresentadora não é indígena, começa apresentando as comunidades que se uniram e

formaram a cooperativa de turismo. Com a tribo indígena localizada na comunidade Nova Vida, é oferecida a troca intercultural com os indígenas, por meio dos artesanatos que são vendidos. Na culinária são oferecidas bebidas tipicamente indígenas, tomadas em copos e bacias, e não em seus artefatos culturais. A comunidade é contemplada por uma natureza excepcional, repleta de cachoeiras onde é possível tomar banho e fazer trilhas. O vídeo também mostra danças típicas e a língua nativa, como forma de comunicação e agradecimento aos deuses. Em geral, a cooperativa parece conhecer bem sobre a prática de atividades turísticas. É uma cooperativa grande que possui muitas relações com o governo e com as cidades próximas. Os indígenas acreditam na captação de turistas por meio desse vídeo instrutivo que faz uma propaganda de tudo que eles têm para oferecer. Boa parte da renda dessas comunidades é oriunda do turismo.

Análise:

É possível identificar pela descrição que o ecoturismo e o etnoturismo se confundem e que as comunidades decidem de forma participativa todo o processo que venha a ser desenvolvido. A influência do turismo na vida das comunidades é percebida na venda do artesanato e na convicção dos membros comunitários de que o turismo é uma alternativa para melhorar sua vida, já que lhe traz renda.

A dimensão econômica da sustentabilidade, em sua característica básica de trazer renda, somente é possível perceber na fala dos indígenas, já que não foi possível verificar o número de turistas que visitam as comunidades e, com isso, ter-se ao menos uma aproximação ou estimativa dos benefícios trazidos pelo turismo.

Deve-se ressaltar, ainda, que o artesanato comercializado pelas comunidades é voltado para os turistas e, não necessariamente, identifica a cultura local.

Seria essa decisão baseada no Manual do MMA? De que os produtos vendidos ou mostrados devem ser o que os turistas "querem" ou "gostariam"?

Vídeo 2: “Dia Do Índio 2008 No Terreiro Sagrado Dos Índios Potiguara/Pb.,Aldeia São Francisco,Bt,Pb Parte 3”

Publicado em 15 de junho de 2013. Em sua descrição consta:

OS POTIGUARA³: Povo guerreiro, os Potiguara constituem um grande exemplo de luta entre os povos indígenas no Nordeste brasileiro. Sua história de contato com a sociedade não indígena remonta ao início da colonização. Hoje, procuram manter o vigor de sua identidade étnica por meio do reaprendizado da língua Tupi-Guarani, do complexo ritual do Toré, da circulação de dádivas nas festas de São Miguel e de Nossa Senhora dos Prazeres, na produção dos idiomas simbólicos do sangue e da terra e na produção cultural dentro da prática do turismo étnico. ” (YouTube, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hvOmf5ksCjY>>)

O segundo vídeo analisado é o dos indígenas potiguara da aldeia São Francisco da Paraíba/PB. Filmado em 19 de abril de 2008, no Dia do Índio. Os registros mostram o valor do indígena para a preservação da cultura no país e a importância de se ter uma terra indígena, O vídeo se preocupa em mostrar mais a questão de demarcação de terras. Não mostra como é praticado o turismo naquela comunidade, mas é possível perceber sua presença. Em toda as imagens, é possível identificar turistas observando-os todo tempo, até mesmo dentro das rodas em meio às cantigas tradicionais.

Análise:

O cotidiano é bem retratado e até mostra a preparação do cachimbo para os rituais e o artesanato sendo feito. É demonstrada, também, a tentativa de retomada da língua original dos potiguaras ao ensinarem para as crianças da própria aldeia e para os turistas, em uma dinâmica de roda. São mostradas, também, a cantiga e a dança de forma genuína, onde coma reza tradicional e até a influência da oração advinda do cristianismo, o Pai Nosso, que eles traduziram para a sua língua. Parece ter sido realizado com foco principal em comemoração ao Dia do Índio.

O vídeo não trata, especificamente, do turismo que, no entanto, termina por mostrar turistas. Não se percebe parceria entre órgãos municipais ou de cooperativas e nem se existem outras atividades além da vivência descrita, como trilhas e visita a cachoeiras, por exemplo. O que se vê, enfatizado, é a vivência.

³ Potiguara era a denominação dos índios que no Século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luis, no Maranhão. Seus últimos remanescentes vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros.

É assim que o turismo étnico deve ser, atuar em mostrar a essência, no entanto, deve-se procurar meios para que esse tipo de turismo sobreviva e não sobrecarregue o meio ambiente aonde estão as terras que tanto querem resgatar. Esse fato é posto justamente por mostrar no vídeo que o local estava muito cheio, este amontoado de gente pode causar desmatamento, poluição, pode afastar os animais nativos, entre outros impactos negativos. O turismo tem que ser recíproco, e beneficiar os dois lados. E para que isso ocorra, é preciso de planejamento. Em suma, apesar de melhor representar o modo de viver indígena, esse grande fluxo de pessoas acaba não sendo sustentável ao meio ambiente o que poderá acarretar em prejuízos à longo prazo, no entanto, a tentativa de recuperação da língua nativa e os ensinamentos é uma característica forte de preservação e manutenção do patrimônio cultural, que é uma prática sustentável.

Vídeo 3: “Copa faz turistas conhecerem tribos indígenas do Brasil”

Publicado em 23 de junho de 2014. Em sua descrição consta:

A alguns quilômetros de Manaus às margens do Rio Negro, a aldeia Tatuyo é onde mundos diferentes se encontram. A comunidade de 9 famílias mistura as tradições indígenas com algumas comodidades da vida urbana. Mas com 52 mil visitantes esperados na região devido à Copa do Mundo, o povo da aldeia tira os chinelos e camisetas, e recebe os turistas em trajes tradicionais. E as atrações com caras pintadas fazem a alegria das câmeras fotográficas, e há até aqueles que se arriscam a dançar. ” (YouTube, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wH9dsLIU1I8>>)

O Turismo indígena em Manaus em função da copa do mundo é um vídeo de pouca duração que retrata um cenário diferente. Os povos indígenas do estado, pertencentes à comunidade Tatuyo⁴, localizada próxima ao Rio Negro, enxergou no evento da Copa do Mundo uma oportunidade de se fazer turismo, ou seja, se aproveitou dessa sazonalidade favorável e pensou em desenvolver a atividade turística.

⁴Tatuyo: Autodenominam-se Umerekopinõ. Habitam uma área situada na Colômbia: o Alto Rio Pira-Paraná, o Alto Tí e o Caño Japu. No Brasil, são representados sobretudo por mulheres casadas com homens de outras etnias. Existem cerca de oito subdivisões internas.

Análise:

O vídeo traz uma questão interessante quando diz que é onde “os mundos diferentes se encontram”, diante da mistura das tradições com as comodidades da vida urbana e do contraste de uma cultura com outra em função do turismo. É uma comunidade pequena que conseguiu se organizar para receber o turismo, além de ter conseguido se divulgar como aldeia turística, sendo que esta, estava desempenhando uma função atípica. O turismo indígena feito de forma sazonal é uma alternativa que gera pouquíssimos impactos negativos além de não gerar dependência da atividade econômica, dependência essa que muitas vezes acelera o processo de aculturação, que não é o caso. Não é muito retratado no vídeo, justamente por ser muito curto, outros atrativos além da dança e dos rituais no qual eles incluem os turistas, justamente para haver maior interação com a cultura. O repórter, no entanto, mostra um grande despreparo ao dizer que os turistas se divertem com as “atrações de cara pintada”, limitando e até inferiorizando um ritual daquele povo.

Vídeo 4: “Etnoturismo”

Adicionado em 21 de junho de 2014, não possui descrição, no entanto apresenta as seguintes características:

Realizado na Chapada dos Veadeiros na Aldeia Multiétnica do Encontro de Culturas, este vídeo apresenta uma perspectiva diferente, um vídeo aparentemente feito pelos turistas e buscou mostrar esta perspectiva, sendo um registro de experiências. Percebe-se que tanto o público quanto os indígenas são mais informatizados e conscientes da realidade urbana e indigenista e o que tange os princípios étnicos para a atividade. Esse fato é constatado porque possui um “assessor indigenista” que diz ter relações com o governo e com representantes da cultura indígena, mostrando um diálogo mais denso e conciso, demonstrando assim que é uma comunidade que busca o resgate da cultura, isso percebe-se porque em alguns cantos e rituais são feitos em português.

Análise:

Durante o vídeo, há um questionamento quanto as terminologias, que os conceitos não atendem à realidade e a confusão que é feita em função disto, o que também foi objeto de argumentação aqui do texto. É apresentado atrativos como cachoeira, interação com a vida indígena, trilhas, hospedagem por meio de barracas armadas no local da aldeia (que é alvo de questionamento pois implica na falta de privacidade dos próprios indígenas), fazer refeições com os indígenas, cantigas, danças e rituais. No vídeo depreende-se que é um encontro de grandes entendedores do turismo étnico pois o discutem com propriedade, inclusive no que tange a sustentabilidade. Assim como no vídeo anterior, percebe-se um grande fluxo de turistas, que se, não orientado pode prejudicar a sustentabilidade do local com poluição, desmatamento, falta de frutos e alimentos, entre outros. O vídeo não possui descrição ou maiores informações do que consta nas próprias imagens além de não saber se a aldeia é algo temporário, uma realidade criada ou se ela é fixa e constante naquela região.

Vídeo 5: “Porto Seguro Turismo Em Reserva Indígena”

Adicionado em 12 de fevereiro de 2015, não possui descrição, no entanto apresenta as seguintes características:

O turismo na reserva indígena Pataxó em Porto Seguro, é uma referência de turismo indígena no país. Foi por intermédio da atividade turística que conseguiu resgatar boa parte da cultura e dos seus territórios. E o vídeo, bem descritivo, mostra como é feito esse turismo. O vídeo é fruto de um telejornal local que apresenta a atividade. As visitas são feitas dentro das aldeias em que há toda uma receptividade dos indígenas que compõem as 17 aldeias da tribo Pataxó. É cobrado uma taxa de 35 reais para ter acesso a aldeia. Ao chegar, os turistas recebem uma palestra em que é mostrado mais da cultura e da história, e a aldeia acaba se tornando um “museu vivo”.⁵

⁵ O Povo Pataxó, originários da Aldeia de Barra Velha, chamada por nós de Aldeia Mãe, área indígena do Monte Pascoal. Estão distribuídos em várias aldeias por diversos municípios como Prado, Itamaraju, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro; sendo que em cada aldeia tem um Cacique.

Análise:

Percebe-se uma organização e o domínio muito grande dos indígenas quanto ao turismo. Fica claro que há uma divisão de tarefas aonde são delegadas funções específicas a cada indígena. Na própria tribo possui uma área destinada aos artesanatos que vai desde decoração até a produção de cerâmicas, todos artefatos provenientes da cultura. Como atrativo possui trilhas, contato com os animais e plantas, e a vivência do indígena dentro da mata, além de rituais e a culinária indígena. Há influência da sazonalidade na atividade, aonde o fluxo de turistas aumenta no período de dezembro a janeiro. A condição de taxa para a entrada de turistas é interessante até mesmo para selecionar o público e de oferecer melhores condições de segurança para com os turistas. A presença de animais enjaulados é um tanto quanto questionável pois acaba domesticado animais que tem natureza selvagem e que não estão acostumados com a presença de pessoas, ainda mais em grande quantidade. O sentimento de orgulho relatado pela indígena revela o sentimento de pertencimento e da cultura e da satisfação em revivê-la. A sustentabilidade mostra bem presente na comunidade no resgate da cultura, na conservação do espaço e na preservação do patrimônio, servindo também como um espaço de conhecimento e integração.

Vídeo 6: “Aldeia indígena do Mato Grosso do Sul está na rota do turismo”

Adicionado em 11 de novembro de 2014, possui a seguinte descrição:

A maior população indígenas do país, a de Dourados, no Mato Grosso do Sul, tem um grande motivo para comemorar, aldeias do estado estão cada vez mais na rota do turismo. E um trabalho desenvolvido pela coordenadoria especial de assuntos indígenas mapeou os principais pontos turísticos das aldeias Jaguapiru e Bororó. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OvsH4YGKcUo>

O vídeo retrata o turismo de uma comunidade indígena próxima à Dourados, no Mato Grosso. A comunidade acredita que o turismo é uma forma de permanência e sobrevivência da cultura, além de ser uma fonte de renda. Os indígenas recebem os turistas com um dos seus rituais de pintura e com a apresentação da comunidade. Pelo vídeo, nota-se a quantidade de informativos no interior das cabanas. A renda gerada pelo turismo é recebida por meio da

venda de artesanatos. Os principais atrativos é o conhecimento da comunidade e os rituais e danças realizados.

Análise:

O sentimento de resgate está presente na fala do índio de que eles não podem perder a cultura deles em que estão seus rituais, cantigas, danças que é o que os mantém. O turismo realizado nesta comunidade é bem simples e incipiente e a vontade deles é expandir com esse turismo e poder atrair mais pessoas para conhecer sua cultura, é notável de que precisam de um apoio, tanto municipal quanto para a elaboração de um projeto que identifique as potencialidades da região e da comunidade.

Vídeo 7: Reserva São Marcos em Roraima realiza turismo indígena

Adicionado em 26 de junho de 2012, possui a seguinte descrição:

A reserva indígena São Marcos abriga 42 comunidades indígenas, as comunidades Boca da Mata, Bananal e Nova Esperança desenvolvem o turismo, uma das principais fontes de renda.” Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UtgI3go_snQ

O vídeo mostra que turismo é realizado por várias comunidades indígenas, com 156 índios, que se juntaram para trabalhar com a atividade turística. O turismo é feito de forma estruturada e com o apoio de uma agência de turismo para a comercialização de pacotes, cujo os preços estão tabelados num valor de R\$50,00 (cinquenta reais). A comunidade é equipada com toda infraestrutura básica, como: saneamento básico, energia elétrica, escola (aonde é aprendida a língua de origem), posto de saúde, e outros. O turismo é fundamentado sob um projeto de desenvolvimento sustentável afim de desenvolver atividades que estejam de equilíbrio com o meio ambiente. Os atrativos identificados são trilhas, caminhadas ecológicas, visita à sítio arqueológico, contato com a fauna e a flora, e outros. Há um interesse em desenvolver uma pousada e um restaurante ecológicos para os próximos anos, afim de fomentar a prática do turismo.

Análise:

Apesar de o vídeo ser caracterizado como turismo indígena, a prática utilizada pela a comunidade se confunde bastante com o ecoturismo. Aonde percebe-se que mesmo que o

turismo seja feito por indígenas que, estão em busca de um resgate tanto da língua indígena quanto da culinária, portanto, não se vê rituais, danças, artesanatos ou até mesmo artefatos indígenas. Estes anseiam mais com o contato da natureza, como a pesca, as trilhas ecológicas e a fauna e a flora, que estão dentro dos princípios de sustentabilidade ambiental. Nota-se o interesse em uma gestão que haja de acordo com os princípios do meio ambiente e que consiga trazer mais impactos positivos do que negativos com o uso da prática. O vídeo demonstra, basicamente, indígenas desenvolvendo o turismo ou o ecoturismo, e não, necessariamente, o turismo indígena. Isto comprova-se pelo interesse da comunidade na criação da pousada e do restaurante ecológico na própria comunidade indígena. Muito se discute sobre essa implantação, pois acarreta na falta de privacidade dos indígenas em realizar seus rituais e crenças, além de espantar os animais da região, aumentar o lixo, e o principal, destrói uma das características indígenas, que é a coletividade. A criação de hospedagens implica na individualização de quartos e gera até uma necessidade de conforto, que muitas vezes não transfere a realidade da comunidade indígena. A maior preocupação quanto aos princípios culturais, é a descaracterização do indígena afim de atender, basicamente, somente ao turismo.

3.2 Percepções sobre o Turismo Indígena

Em muitas regiões e terras indígenas, o turismo já vem sendo desenvolvido, e na maioria das vezes de forma irregular e sem nenhuma informação complementar que auxilie no desenvolvimento da atividade, o que acaba por desenvolver um turismo que não seja pensado de forma sustentável ou sem informações sobre o que a localidade suporta ou até mesmo na capacidade dos atrativos. Por isso, dentro dessa realidade, é fundamental que se tenha uma regulamentação para a atividade, afim de trazer mais impactos positivos do que negativos para essas comunidades tradicionais e para suas terras por meio de um projeto de turismo sustentável, até por que, o ambiente não deve ser transformado de modo que venha ser para atender às expectativas dos turistas ou visitantes; esses, que devem ser preparados para a experiência da visitação. Uma vez que, como diz LARAIA (2010), esses visitantes, de culturas diferentes, já vêm com suas lentes, que lhe permitem ter visão descontraída das coisas, além de já vir com uma ideia de superioridade sobre aqueles povos e desconsiderando suas práticas. Ou seja, o que pode ser irrelevante para uma pessoa, pode ser de extrema importância para outra, cada vegetal, o rio, cada planta tem um significado qualitativo e uma

referência espacial, o que acaba passando despercebido por quem não possui a mesma cultura. O ponto em questão é tentar tirar essa lente dos turistas e os faça enxergar como um ser humano, habitante daquela terra, daqueles rituais, e daquele modo de viver e desfrutar de uma experiência genuína.

Ao almejar fazer o uso da atividade turística para o desenvolvimento econômico da comunidade, quando parte da comunidade indígena, muitos desses interessados ou tentam desenvolver essa prática por si só ou procuram órgãos públicos do seu município, justamente por ser sua referência mais próxima, no entanto, muitos desses órgãos, que geralmente são de pequenos municípios, não tem o amparo necessário e qualificado para o desenvolvimento da atividade e por muitas vezes, por causa disso, o turismo não é bem orientado, e por conseguinte, não é bem realizado. O turismo deve ser enxergado como um propulsor e não como algo que vai ameaçar uma certa diversidade, padronizado os possíveis imaginários de um povo ou ambiente. Por isso é necessário avaliar as peculiaridades de cada território, de cada povo e de cada ambiente para verificar um possível enquadramento do turismo, e se ele ocorrer, deve ser pensado de forma que valorize a cultura local pautando-se na ética e na educação ambiental, que acarretará na inserção de novos modelos de conservação e preservação ambiental.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é a responsável pela representatividade indigenista, sendo o órgão indigenista, eles quem defendem seus direitos e interesses. A Funai, por sua vez, estabeleceu uma nova instrução normativa que norteia e institui regras sobre a prática de turismo em terras indígenas, o etnoturismo. Diante dessas novas regras, as comunidades que já utilizam do turismo, ou empresas que fornecem, devem apresentar ao órgão um plano de visitação e passa a ter um monitoramento afim de informar às autoridades sobre a ocorrência de qualquer incidente durante o passeio, inclusive quando os mesmos são provocados pelos próprios visitantes, deve haver um esclarecimento prévio sobre as regras e a conduta a ser tomada na comunidade indígena, deve haver treinamentos e capacitações tanto para turistas quanto para os indígenas; fica proibido também a remoção de qualquer material das terras indígenas, fazer ou divulgar imagens sem prévia autorização ou divulgar técnicas ou conhecimentos tradicionais indígenas, além de que, é proibido ingerir bebida alcoólica, pescar, caçar ou realizar atividades ligadas ao extrativismo e entre outras normas. Esse novo regimento veio para tentar resguardar ainda mais os povos indígenas, tendo em vista que a legislação anterior, Decreto nº 7.747, continha apenas diretrizes gerais sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o intuito principal de identificar como é realizado o turismo indígena no Brasil e qual a percepção dos órgãos públicos a respeito do assunto. O turismo em terras indígenas ainda é pouco reconhecido no país. Pessoas muitas vezes não reconhecem a atividade como turismo ou até mesmo não se atentam para a questão indígena. Portanto, o Turismo étnico brasileiro ainda é muito incipiente, e percebe-se isso quando os comparamos com outros países e, principalmente, quando fazemos um levantamento sobre o assunto. Percebe-se muita influência documental do México neste assunto.

Os estudos em geral são bem recentes, a maioria começa a surgir a partir dos anos 2000, depois do reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente de que era um assunto que precisava de mais atenção e de direção, que apesar da boa iniciativa apresentou uma verticalização para composição do material de ecoturismo. Notou-se que a “participação” era de cima para baixo, aonde a gestão participativa, de que tratavam com tanto cuidado, era composto por indigenistas, e não por indígenas, o que influenciou num material que muitas vezes não iam ao encontro da realidade indígena.

A atividade turística tem seus pontos positivos e negativos como qualquer outra atividade, no entanto, deve se prestar atenção nas necessidades de cada povo. O turismo sustentável pode ser uma saída para aqueles que anseiam por mostrar sua cultura, sua identidade e o faz com mínimos riscos à sociedade que o adota, até porque, o turismo de massa e os grandes empreendimentos são uma das maiores ameaças à diversidade cultural por tentar padronizar a cultura, os meios e as pessoas.

Para que a atividade tenha bons resultados para determinadas comunidades, é necessário que haja um planejamento bem elaborado, de modo que a comunidade seja participante do processo e obtenha benefícios, minimizando alterações no seu modo de vida.

Afim de se ter um planejamento turístico e a própria sustentabilidade dos povos indígenas, dos seus territórios, da sua cultura e do meio ambiente, é fundamental que haja antes de tudo, uma organização partindo dos órgãos representantes da atividade. Há uma carência e deficiência quando tratamos do assunto. Carência pela falta de estudos e de base para que os mesmos sejam feitos e deficiência por não ter definição adequada e por não dar a importância necessária.

O turismo indígena, como visto, já vem sendo aplicado em todo território nacional, muitas vezes sem apoio e sem informação, necessitando até, de uma intervenção indigenista que de o suporte necessário para a obtenção de informações e o apoio para a execução da prática turística dentro dos princípios sustentáveis. A visibilidade do indígena geralmente só é notada quando estes vão à luta, literalmente. Viabilizar informação e capacitação é quase um dever do Estado para com esses povos, que tentam se reinventar e se resguardar para com a sua cultura que tem sido consumida pelo capitalismo, avanços tecnológicos, empreendedorismo e outros fatores externos.

Com a pesquisa conseguiu-se alcançar todos os objetivos pretendidos que foi de realizar um levantamento de práticas turísticas em terras indígenas com base nas dimensões da sustentabilidade, aonde notou-se que muitos já possuem essa noção e os princípios de sustentabilidade e já vem utilizando do turismo como fonte de renda e como forma de ter visibilidade tanto dos seus direitos como da sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÁLIA. **Turismo em Terras Indígenas**. Revista de Estudos na Cultura, 2015. Disponível em <<https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/Agalia.pdf?1447849809>> Acesso 17/11/2015.

Aldeias Indígenas Pataxó. Disponível em <<http://www.portosegurotur.com/pt-br/aldeia-indios/>> Acesso: 12/12/2015.

ALMEIDA, Maria Geralda. **Cultura - invenção e construção do objeto turístico**. In: Espaço Aberto 3 – Turismo e Formação Profissional. AGB/Seção Fortaleza/CE, 1998: 17-33

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.

_____. **Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo**. São Paulo 2001, Pag. 36

_____. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo**. São Paulo: Turismo em Análise, 1999.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Ecoturismo**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao04022009113510.pdf>

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. **Cadernos de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____. **Caderno de Segmentação de Turismo e o Mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c.

_____. **Cartilha do Programa de Regionalização de Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Federal Nº6.040 de 7 de fevereiro de 2000.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htmAcesso: 14/09/2015

_____. **Decreto Nº 7.747, de 5 De junho de 2012.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso: 02/11/2015

_____. **Lei nº 11.711 de 17 de setembro de 2008.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm> Acesso 15/10/2015

FILET,1955 *apud.* MMA. **Capacidade de Suporte.** Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1575/GT_CapacidadeSuporte_ReinaldoDias.pdf> Acesso: 02/12/2015.

CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. **O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu in Colección Pasos Edita** - Revista de Estudios Turísticos y Patrimonio Cultural. Tenerife. Espanha, 2012.

CISNE, Rebeca; GASTAL, Susana. **Turismo e Seus Imaginários: O roteiro turístico tematizado.** XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação. Recife: 2 a 6 de setembro de 2011.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COOPER, Crhis e outros. **Turismo: Princípios e Práticas.** 3 Ed – Porto Alegre: Bookman, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Turismo, território e o mito do desenvolvimento.** *Espaço e Geografia*, vol. 3, no 1, jan-jun 2000: 19-26.

DIAS, Guilherme; TOSTES, José Glauco. **Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde.** Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, v.2, p. 1-20,2010.

ECOBrasil. Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas. Relatório Workshop – Março 1997. Disponível no site:<<http://www.mosaicobocaina.org.br/>>Acesso em 05/10/2015.

Etnias e Demografia. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bara/1380>> Acesso: 12/12/2015.

FUNAI. **Instrução Normativa NºO /2015, de 11 de junho de 2015.** Disponível em <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>> Acesso: 15/09/2015.

GASTAL, Suzana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção Comunicação, 4).

GASTAL, Susana; CASTROGIGIOVANNI, Antonio Carlos (orgs). **Turismo na pós modernidade: (des) inquietações**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Carina. “A construção social de um destino turístico: Coimbra, cidade e imaginário”. ÁREA TEMÁTICA: “Desporto, Turismo e Lazer” VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais Saberes e práticas 25 a 28/06 2008

ROTA REDE ESTRADA REAL. **Guia de Boas Práticas Para o Turismo Sustentável**. Disponível em <<http://www.rainforest-alliance.org/sites/default/files/uploads/3/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Turismo-Sustentavel.pdf>> Acesso: 10/10/2015.

GUIMARÃES, Rodrigo. **Turismo em Terras Indígenas já é fato: quem se arrisca?**. São Paulo: Dialogando no Turismo. 2006.

IBGE (2010) *apud* Funai. **Quem são: Índios no Brasil**. Disponível em:<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>> Acesso: 12/10/2015.

IBGE. Indígenas: Gráficos e Tabelas. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2>> Acesso: 12/10/2015.

KOTLER, Philip e outros. **Marketing Público: Como atrair investimentos, Empresas e Turismo para Cidades, Regiões, Estados e Países**. São Paulo: Makron Books, 1994;

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2007.

LOPES, Odiléia Esquerdo¹; SASSI, Onofre Cleber. **A Importância Do Desenvolvimento Da Atividade Turística Pautada Na Educação Ambiental E Na Ética**. São Paulo: Revista Saber Acadêmico 12. 2011.

MAURO, Victor Ferri. **Turismo em terra indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira**. 2007. 112 f. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MANUAL INDÍGENA DE ECOTURISMO. Brasília: MMA, 1997. Disponível em <http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/didaticos/mma_funaiacobrasil_manual_indigena_ecoturismo_1997.pdf>Acesso: 20/10/2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Direitos dos Povos e Comunidades tradicionais** – Publicação especial. Disponível em

<http://www.caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO_ESPECIAL_DIREITOS_DOS_POVOS_E_COMUNIDADES_TRADICIONAIS_oibAP6o.pdf> Acesso em: 02/11/2015.

MOESH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**. 2 Ed – São Paulo: Contexto, 2002. 140p.

MOONEN, Frans. **Os Índios Potiguara da Paraíba**. 2ª ed. Recife: UFPE, 2008. 3p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código de Ética Mundial para o Turismo**. Disponível em <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf> Acesso: 15/10/2015.

PEREIRO, Xerardo. **Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s)**. In: Agália: Revista de Estudos de Cultura – Turismo em Terras Indígenas. Brasil, 2015.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Editora Ática. 1986.

Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza, Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf> Acesso: 05/10/2014

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e o planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2ª Ed. São Paulo: Estúdio Nobel: Sesc, 1999. (Coleção megalópoles)

VON HELD, “**O turismo em terras indígenas; atravessando o portal com respeito**”, Tese (Mestrado), Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

YAZIGI, E. **Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.